

Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos*

Odária Battini**

Em tempos de esgotamento e desaparecimento das grandes narrativas de legitimação dos acontecimentos, com foco no esvaziamento de valores; onde os modelos culturais são substituídos pela padronização das individualidades, do aligeiramento de relações inspiradas na monocultura da mercadoria, na violência, na xenofobia, interditando conquistas dos trabalhadores e coisificando os homens, trazemos um pouco de valorização da memória na explanação da rica história do Serviço Social no Brasil, nos seus oitenta anos de legitimidade e reconhecimento social.

No presente, vemos que não são precisamente os nossos mestres das artes (Van Gogh, Chopin, Mozart...), das ciências e da filosofia (Marx, Weber, Rousseau, Gramsci, Marcuse), a nos orientarem, mas a necessidade do consumo material e imediato, bem como uma moral, não raro sustentada no populismo conservador. Mesmo assim, partimos do pressuposto de que tudo isso é um chamamento para que possamos reconstruir nossos valores e princípios em novo patamar. Somos assistentes sociais e nossas referências humanitárias nos instiguem a resgatar a riqueza das diferenças, a superar o descartável, construindo novos alicerces nos quais apoiarmos a consolidação de uma nova sociabilidade pautada no trabalho emancipado e não mais na reprodução alienada de sujeitos cindidos entre a moralidade e a cidadania.

Na atualidade sabemos que a velocidade é a característica da sociedade, o que é positivo, pois apreendemos os acontecimentos *on line* ampliando horizontes e alargando possibilidades teórico-práticas. Mas, além disso, precisamos cultivar o silêncio, a processualidade do que virá maduro, os importantes vácuos que impulsionam o novo que referencia a consciência – lentamente – sobre o que foi, o que está sendo, para um devir participativo, construído e exteriorizado por sujeitos individuais e coletivos que dão sentido humano à vida. É preciso caminhar por dentro dos acontecimentos munidos da reflexão, da luta, da atitude investigativa, na captura da história em sua essencialidade e em seus impactos sempre inovadores para subsidiar decisões ético-políticas em defesa das humanidades. A certeza de que esses foram – e vem sendo – os caminhos trilhados por assistentes sociais na construção do Serviço Social

* Fragmentos do texto subsidiador da palestra sobre a *História do Curso de Serviço Social em Londrina – UEL - 44 anos* e em comemoração aos *80 anos do Serviço Social no Brasil*, proferida em 17 de Maio de 2016, na Universidade Estadual de Londrina – PR.

** Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Serviço Social (PUC/SP), fundadora do Curso de Serviço Social da UEL. E-mail: odarka@uol.com.br

brasileiro nos leva a tecer esta narrativa que concebe esta profissão como atividade humana, requisição social e especialização do trabalho coletivo. Nos seus 80 anos no Brasil, apresenta conquistas significativas e, já madura, ganha complexidade e elevados níveis de realização.

No presente, só vinculados (as) às entidades organizativas há no mundo cerca de 600 mil assistentes sociais e cerca de 150 mil no Brasil, segundo contingente mais numeroso no globo depois dos EUA. Como nos demonstrou a professora Joaquina Barata¹, no Brasil o Serviço Social avançou:

1). No campo da formação, espraiou seu universo conceitual e categorial. Contando com unidades de ensino de graduação e de pós-graduação *lato e strito sensu*, a profissão avançou no campo paradigmático. Respeitosamente convive com o pluralismo, com hegemonia da teoria crítica que iluminou a formulação das Diretrizes Curriculares para o magistério de Serviço Social em todo o território nacional, reformuladas e aprovadas pela ABEPSS em 2000;

2). Passou a ser reconhecido, a partir da década de 1980 com sua inserção no CNPq, como um dinâmico campo de pesquisa e de produção acadêmica, gerado nas pós-graduações e no âmbito do exercício profissional;

3). Ganhou estatura, não só na execução como na formulação, planejamento e gestão de políticas públicas, alçando funções de comando e liderança em vários espaços do poder executivo e legislativo: nos Ministérios, nas Secretarias, nas Universidades e ocupando espaços políticos no parlamento;

4). Suas funções e ocupações expressam-se nos mais variados formatos: assessorias, consultorias, funções comissionadas, integração em equipes multiprofissionais, cargos eletivos, da gestão de projetos, do planejamento, dos orçamentos participativos, do cooperativismo, do controle social e da gestão de pessoas, etc.

5). No campo dos instrumentos jurídico-políticos, consolidamos no Brasil marcos institucionais que sedimentam a base legal da profissão: uma lei de regulamentação profissional e um avançado e reformulado Código de Ética (base jurídico-política que alguns países da América Latina ainda não têm). Além disso, contribuímos para a criação de uma base jurídica para a inclusão da Política da Assistência Social como direito e como Política de Estado no país, quer por meio do dispositivo constitucional, quer por meio da LOAS, das NOBS e também do SUAS; igualmente com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e do SUS;

6). O Serviço Social também se organizou em termos profissionais e políticos, em âmbito local, regional, continental e mundial, tanto no campo da formação como no do exercício

¹ Palestra proferida na celebração dos 70 anos do Serviço Social no Brasil, em 2006.

profissional, consolidando entidades que atuam de forma responsável e democrática – CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSOALAEITS/FITS;

7). No âmbito internacional latino-americano, conquistas foram obtidas com a contribuição do Brasil na organização do Comitê Mercosul e no da refundação da ALAEITS. No mundo, participamos efetivamente como membros da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais e da AIETS (Associação Internacional de Escolas de Trabalhadores Sociais), além das organizações regionais de cada continente.

É desse modo que o Serviço Social se coloca como uma profissão inscrita na sociedade, atuando na valorização da categoria dos assistentes sociais enquanto segmento de trabalhadores assalariados e com uma dimensão sócio-política na perspectiva da defesa dos direitos, da igualdade e da justiça social.

No sentido de apreender a sua história² e, considerando o limite deste artigo, abordaremos em quatro tempos³, as diversas conjunturas desde a emergência e institucionalização do Serviço Social no Brasil. Trazemos, ainda que pontualmente, elementos que marcaram a construção e a reconstrução dessa profissão.

1º tempo: Gênese, institucionalização e consolidação do Serviço Social no Brasil (1940-1960)

Esta 1ª conjuntura aponta cenários e heranças determinantes da emergência e institucionalização do Serviço Social que se manifestavam inicialmente no âmbito das escolas de formação de assistentes sociais, incidindo nos conteúdos teóricos e políticos ministrados.

Partimos do pressuposto de que o Serviço Social é demanda do capital. Surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo, especialmente constituído por jovens moças participantes da Juventude Operária Católica (JOC), dos movimentos leigos e da (JUC) Juventude Universitária Católica.

O contexto sócio-histórico que determinou o surgimento do Serviço Social manifestava o avanço do capitalismo: a economia passa da modalidade agroexportadora para a urbano industrial, com a emergência da classe trabalhadora que migrava do campo para a cidade. Para atender a esta nova demanda, ampliavam-se campos de especialidades e, também, a regulamentação de profissões e da organização dos trabalhadores. Significativa foi a

² Publicações sobre a História do Serviço Social em diversas regiões no Brasil encontram-se na Revista Serviço Social e Sociedade, editora Cortez, São Paulo, especialmente nos anos 2009.

³ Definição temporal a cada conjuntura referenciada em Profª Drª Jucimeri Isolda Silveira. PUCPR 2005.

regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943; a criação de ministérios, caixas de aposentadoria e pensões; o Conselho Nacional de Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência e o sistema 5 S. O Estado assume a proteção aos desvalidos e à maternidade e à infância. Ocorre a mobilização de movimentos de massa: à direita a Ação Libertadora Brasileira, sob a liderança de Plínio Salgado e à esquerda a Aliança Nacional Libertadora cujo líder foi Luis Carlos Prestes.

Está em pleno desenvolvimento a 2ª Guerra Mundial. Com o intuito de atender aos segmentos empobrecidos, cria-se a 1ª “obra assistencial” denominada Leão XIII, em 1946. Plasmava-se a mundialização do ideário do Estado de Bem-Estar Social.

Neste contexto ao Serviço Social foi atribuído o significado social de promotor do bem comum, atuando na correção de desajustamentos sociais, visando integração às mudanças sociais na lógica de produção. O assistente social era considerado o facilitador do controle social e do ajustamento dos indivíduos ao padrão estabelecido, na administração dos conflitos sociais. Tinha como função equacionar os conflitos, com práticas assistenciais. Diante da população, o assistente social tinha a figura de representação do Estado. Para atender a demanda, era preciso uma formação profissional que respaldasse o seu exercício efetivo junto à população. Assim, em 1936 foi criada a 1ª Escola de Serviço Social vinculada a PUCSP. Em seguida outros cursos foram sendo criados: PUCRJ, UCBA, UCPR, UCSC, UCRS que dominavam a formação de assistentes sociais até a década de 1970. A partir daí escolas de Serviço Social também eram criadas em instituições de ensino superior públicas: universidades federais, estaduais e instituições públicas de ensino superior municipais no Brasil.

Os processos de formação profissional de assistentes sociais nas primeiras escolas de Serviço Social tinham como fundamentos teórico-metodológicos o humanismo cristão e o positivismo.

No período de 1940/50 o neotomismo sustentava os argumentos teórico-filosóficos na formação profissional no qual a verdade está no indivíduo sustentada na relação entre fé e razão.

Eram referências de estudos: São Thomaz de Aquino, Jacques Maritain, Pe. Roberto Sabóia, Encíclicas *Rerum Novarum* (Das coisas novas - 1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra – 1961) que sustentavam a ética e a moral cristã contra o socialismo real materialista, em defesa do capitalismo humanizado. Criava-se o método: ver, julgar e agir.

Os conhecimentos e a ação eram sustentados pelos princípios da dignidade, da sociabilidade e da perfectibilidade humana

No período 1950/60 as referências se sustentavam no positivismo e no funcionalismo, com influência norte-americana no qual a verdade está na humanidade cientificamente comprovada. Tecnicifica-se o Serviço Social, com atuação na perspectiva pragmática, com prática ajustadora.

A visão de mundo, orientada por Comte, Durkheim, Weber, Mannheim, dentre outros, concebia uma sociedade harmônica, funcional e equilibrada onde as partes compõem o todo (perspectiva sistêmica). Para compreender a realidade desenha-se no âmbito das ciências sociais o método estrutural-funcionalista, descritivo e explicativo.

Nesse cenário o Serviço Social estrutura seus métodos de atuação – Serviço Social de Caso, tendo como significativas referências Mary Hellen Richmond e, entre nós, Nadyr Gouveia Kfoury; Serviço Social de Grupo, com Edith Motta e Gisela Konopka e Serviço Social de Comunidade (ou DC) com Safira Bezerra Ammann e Myrian Veras Baptista, dentre outros. Esta última autora também é significativa referência no campo do planejamento social. No âmbito da História do Serviço Social e Administração em Serviço Social ganhou relevo a produção de Balbina Ottoni Vieira. A professora Helena Iracy Junqueira referenciava o campo da política social.

Nesta 1ª conjuntura, essas referências de formação profissional originavam-se nos EUA, Europa – França, Inglaterra - e Canadá. Reproduzidas e difundidas pelos professores que, corajosamente se qualificavam naquelas longínquas realidades, legitimavam competentes práticas tradicionais do Serviço Social.

Simultaneamente aos processos de formação, assistentes sociais buscavam fortalecer a recém-criada profissão por meio de suas organizações representativas.

Com forte hegemonia, nestas décadas a institucionalização do saber e do exercício profissional era afeta a entidades privadas que subsidiavam as escolas e a produção científica no âmbito profissional, tais como: Conselho Internacional de Bem-Estar Social, Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e Conferência Internacional de Serviço Social. No Brasil era representada pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social – CBCISS. Sob sua responsabilidade, publicações como a Coleção Cadernos Verdes e a Revista Debates Sociais (1ª edição de 1947) subsidiavam as discussões no âmbito profissional.

Inicialmente a atuação se efetivava no espaço privado como as Santas Casas, em “obras” materno-infantis, centros paroquiais comunitários, empresas, SENAI, SESC. Com a criação da LBA, deu-se a inserção do Serviço Social na esfera do Estado, em departamentos públicos, com ênfase na área da saúde e da educação.

Em 1948 criava-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, *lócus* de discussões sobre a formação profissional, por intermédio das convenções nacionais. Neste mesmo período, capitaneando a representação e a organização da categoria profissional é criada a

Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABASS, com os respectivos conselhos regionais – CRASS. Amplia-se a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Nestes termos consolida-se a profissão de Serviço Social no Brasil, ainda que na perspectiva tradicional conservadora, palco para os debates e renovações da 2ª conjuntura.

2º tempo: Consolidação e renovação do Serviço Social (1960/70)

Nesta conjuntura se erigia a internacionalização da economia, com o favorecimento do setor privado e do capitalismo internacional. A ONU se colocava como elemento mediador central para o desenvolvimentismo na América Latina. A direção se pautava na contenção do comunismo e, concretamente se efetivava na ampliação da “ajuda” internacional, especialmente pela Caritas. Na contramão da história acontecia a ampliação de movimentos sociais, tais como a Revolução Cubana, o Movimento de Educação Popular (MEB) e a Ação Popular. Em decorrência acontecia a minimização das políticas sociais, apenas com a ênfase na regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social e da política de educação vinculada ao projeto desenvolvimentista. No âmbito da proteção social atuavam a Legião Brasileira de Assistência –LBA - a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM- e o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

Manifestava-se a agudização da guerra fria com forte influência norte-americana que, na realidade brasileira contrastava com a proposta de Estado de João Goulart fundada no nacionalismo e nas reformas de base. Eclode o Golpe de 1964 determinando a superexploração da força de trabalho e a concentração de renda. As políticas sociais assumem a função de corrigir distorções entre produção e consumo e a de legitimar o regime.

Desenvolve-se uma política clientelista e o autofinanciamento e privatização de setores rentáveis (habitação, educação e saúde). Evidencia-se a alta inflação e cresce a dívida externa

Em face deste cenário, os esforços da categoria profissional nesta 2ª conjuntura caminharam em duas direções: de um lado, para a consolidação no Serviço Social das referências teóricas norte-americanas fundadas no funcionalismo e no pragmatismo, mas com manifestações contrárias na esfera das ciências sociais. Em direção contrária, com fundamentos no estruturo-marxismo, esforços eram encetados na direção da reconceituação do Serviço Social na busca da identidade latino-americana da profissão, por meio da valorização das peculiaridades regionais – Cone Sul, Região Andina, Centro-América e Caribe.

No âmbito das ciências sociais, avança o debate sobre a ruptura de paradigmas conservadores na construção de uma visão crítica da realidade social motivado pela reação às

ditaduras e ao imperialismo norte-americano e a luta contrária à reprodução dos modelos norte-americano e europeus.

Nesse contexto, de um lado, o CBCISS capitaneia a afirmação da teorização do Serviço Social nos encontros de Araxá, Terezópolis, Alto da Boa Vista e Bom Clima. De outro lado, em 1965, no encontro da categoria profissional em Porto Alegre, institui-se o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social brasileiro, articulando os debates com profissionais da Argentina, Uruguai, Peru, Chile e demais países latino-americanos, na direção da construção da ruptura com o conservadorismo na profissão.

Nessa oportunidade esboça-se um referencial teórico-metodológico divergente resultando nas denominadas três correntes teórico-filosóficas que orientaram a formação e a atuação do Serviço Social: o funcionalismo, a fenomenologia e a dialética. Neste debate evidenciou-se um novo devir para o Serviço Social – seu compromisso com a transformação social⁴. Evidencia-se o confronto de projetos profissionais. Aprofundaram-se discussões sobre a natureza do Serviço Social – Ciência ou Profissão? No conjunto dos três ‘métodos clássicos e tradicionais’, entram em cena métodos alternativos do Serviço Social: método profissional; método genérico; método básico/único; método crítico-dialético – resultando, nas palavras de Netto⁵, em três perspectivas:

Perspectiva modernizadora – com as iniciativas do CBCISS (Seminários de teorização – Araxá, Teresópolis, Bom Clima, Boa Vista e Sumaré). Situa o âmbito de ação do Serviço Social no nível macro e micro social. Inclui-o no espectro da definição de política social, de planejamento, administração e prestação de serviços diretos. Insere-se a profissão na estrutura do Estado, sob perspectiva funcional ao sistema, com ênfase nos instrumentos e nas técnicas e na definição de funções sócio-profissionais. Os Códigos de Ética Profissional de 1965 e 1975 pautavam-se nas mesmas bases filosóficas, com foco na promoção e interação social. Novas referências pautaram a reformulação do Código de Ética Profissional do Assistente Social, na década de 1990⁶. Perspectiva da Reatualização do Conservadorismo - com visão fenomenológica, tendo como referência Anna Augusta de Almeida (PUC-RJ)⁷. O debate sustentava-se no descrédito do positivismo e, também, como reação ao materialismo dando ênfase ao existencialismo. Nessa linha, referências eram buscadas em Edmund Husserl, Alfred Schutz, Maurice Merleau Ponty, Martin Heidegger.

⁴ Carvalho, Alba Maria Pinho de – A questão da transformação e o trabalho social – uma análise gramsciana. São Paulo. Cortez, 1983.

⁵ Netto, José Paulo – Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. Editora Cortez. São Paulo. 1991.

⁶ Bonetti, et alii – Serviço Social e Ética – convite a uma nova práxis. Ed. Cortez. São Paulo. 2000

⁷ Almeida, Anna Augusta de – Possibilidades e limites da teoria do serviço social. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro. 1978.

Intenção de Ruptura - recorre à tradição marxista de interpretação da realidade fundada nas categorias da totalidade e transformação. Na dimensão teórica buscava-se reconstruir categorias marxistas que sustentassem leitura crítica da realidade para enfrentamento das demandas sociais. Novas categorias teórico-políticas eram incorporadas ao debate profissional: classes sociais, concepções de Estado, trabalho e direção social da profissão e da formação profissional, questão social. Uma amplitude de referências se colocava no espectro profissional, dentre outras: perspectiva instrumental de Estado sustentada em Louis Althusser, o marxismo sem Marx inicialmente abordado em Marta Harnecher; Antonio Gramsci e a concepção de Estado Ampliado; Marx e a análise e apreensão da economia política e seu rebatimento na leitura do Serviço Social.

Sustentada por estas referências, ainda em plena construção, a dimensão das propostas de ação para a consolidação do projeto de ruptura, se dava no debate que enunciava a formação de alianças da profissão com os usuários, especialmente das 'classes populares', e a garantia dos mínimos sociais pela via da assistência social. Retomava-se a assistência social como espaço privilegiado de atuação profissional, anteriormente negada pelos assistentes sociais por ter sido considerada, nos termos do marxismo instrumental, espaço de subalternização de sujeitos. Presente a politização de setores populares no espaço comunitário, com significativa influência de Paulo Freire.

Tendo como fundamento a totalidade e a necessidade de apreensão crítica do real, o Serviço Social garantia sua competência explicitando e construindo instrumentais técnico-operativos que permitissem atuação mais abrangente, com ênfase na pesquisa, para melhor instrumentalizar conhecimentos e práticas. O Projeto Ético-político Profissional emergia iluminado pelo Código de Ética Profissional. A formação e o exercício profissional pautavam-se nas articulações interinstitucionais, contemplando amplos setores da sociedade numa relação da particularidade da profissão e da universalidade de valores. Evidenciava-se uma luta, inicialmente na esfera acadêmica, de reconstrução da profissão para recolocá-la na totalidade social, evidenciando a sua particularidade como um dos importantes espaços sócio-profissionais de valorização e de defesa da classe trabalhadora.

Neste contexto, forte significado teve a organização sócio-política dos assistentes sociais no Brasil e na América Latina resultando na criação da ALAETS – Associação Latino-americana de Trabalho Social (1965) e do CELATS Centro Latino-americano de Trabalho Social (órgão acadêmico da ALAETS, em 1972), trazendo contribuições ao Serviço Social Crítico Latino-americano.

Neste primeiro período, as vias de difusão da produção do Serviço Social latino-americano eram as publicações da editora Humanitas, da ECRO⁸/Cuadernos de Trabajo Social; Revista Hoy en Servicio Social; Acción Crítica que trouxeram aportes para a renovação profissional. No Brasil, a renovação crítica da profissão foi inicialmente capitaneada pela ABESS e amadurecida pelos demais órgãos de representação da profissão, o que se explicitou no III CBAS – conhecido como o Congresso da Virada, ocorrido em São Paulo, em 1979.

A ABESS, representando as escolas de Serviço Social, assume a perspectiva crítica e inicia de forma orgânica, por meio das convenções nacionais, as discussões para a renovação das diretrizes curriculares. Inicia-se a implementação do currículo mínimo na XXª Convenção Nacional da ABESS, em Piracicaba, em 1975, com continuidade dos debates em Belo Horizonte em 1977 e finalizada em Natal em 1979, com a sua aprovação pela ABESS. O novo currículo mínimo foi aprovado pelo MEC, pelo Decreto 412/82 do Conselho Federal de Educação. A partir de 1982 o debate ampliou-se na categoria profissional pela exigência da implantação do currículo mínimo em todas as escolas de Serviço Social brasileiras.

Nesta conjuntura houve a criação da ANAS – APAS; e a criação e institucionalização dos Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (o primeiro na PUCSP em 1971). Foi fundada, em São Paulo, a Editora Cortez e Moraes, atualmente Cortez Editora, que publica a Revista Serviço Social e Sociedade, em seu primeiro número editado em 1979.

No âmbito do exercício profissional e das lutas mais gerais, o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social se reestrutura e se inscreve de modo mais crítico no novo contexto social. Explicitam-se neste cenário as contradições internas na profissão, ainda de caráter linear (marcadas pelas expressões: os assistentes sociais “funcionalistas e os marxistas-dialéticos”) ensejando a inicial apreensão dos supostos do pluralismo com hegemonia do trabalho. Externamente à profissão, influências significativas advinham do reordenamento político nacional com a criação de novos partidos, em especial o Partido dos Trabalhadores – PT - e a CUT - Central Única dos Trabalhadores⁹

3º Tempo: Renovação e contemporaneidade (1980/90) - A trajetória da construção do Projeto Ético-político Profissional

⁸ ECRO – Esquema Conceitual Referencial Operativo. Órgão que disseminava naquela conjuntura o debate crítico por meio de publicações de autores latino-americanos, dentre outros, Ezequiel Ander Egg e Natálio Kisnermann.

⁹ Cardoso, Franci Gomes - Organização das Classes Subalternas: um desafio para o serviço social. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Com a abertura política na sociedade brasileira o Serviço Social, munido dos referenciais anteriores desenvolveu-se amadurecendo na sua dimensão interventiva e político-acadêmica. Abriu-se para o debate plural, contraditório e voltado para nova direção social e política da formação e da prática profissional. Tomava corpo a discussão sobre a unidade teoria-prática já se desenhando a trajetória para a consolidação do Projeto Ético-político Profissional. Nova conjuntura nacional se colocava.

Com o regime de acumulação flexível, ou toyotismo, muda a lógica do Estado que impõe a flexibilização do mercado de trabalho decorrendo desregulamentação dos direitos, aprofundando a competitividade com a redução de trabalho vivo. Pequena parcela de trabalhadores se coloca no mercado, com emprego estável e protegido exacerbando-se o trabalho precário. Comparecem segmentos sobrantes pela redução de demandas. As lutas sindicais são fragilizadas. Manifesta-se a mercantilização e o culto ao individualismo. Conformam-se os megablocos econômicos evidenciando-se um processo de desterritorialização. Cria-se amplo e centralizado desenvolvimento tecnológico com lideranças dos países centrais. Evidencia-se a crise do socialismo real e cresce a ofensiva neoliberal, com maior incidência no Brasil a partir do governo Collor.

Neste contexto, o Serviço Social afirma-se vinculado a defesa da garantia e consolidação dos direitos, regulamenta competências e atribuições vinculadas à gestão social cotidiana dos direitos, na defesa da justiça e da equidade. Constrói um perfil profissional com necessária competência teórico-prática, comprometido com a concretização de valores éticos e humanistas.

No Brasil, o projeto de ruptura com o Serviço Social conservador consolida-se em 1980 com o movimento de vanguarda profissional. Intelectuais como Vicente de Paula Faleiros, Aldazia Sposati, Maria Carmelita Yazbek, Nobuko Kameyama, José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Maria Ozanira Silva e Silva, dentre outros, intensificam discussões e publicações para subsidiar o debate e as proposições no âmbito da profissão na perspectiva crítica, ainda que com abordagens diversas. A aproximação de natureza crítica do Serviço Social com as Ciências Sociais se faz presente. Importantes aportes, cada qual com suas limitações e possibilidades, são trazidos para a discussão profissional com as contribuições no âmbito das ciências sociais e da ciência política, de Myrian Limoeiro, Carlos Nelson Coutinho, Celso Frederico, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Evaldo Amaro Vieira, dentre outros. Em finais dos anos 1960, a Escola de Belo Horizonte, promove um debate sobre o método dialético no Serviço Social conhecido como o Método BH

evidenciando-se a emergência, consolidação acadêmica e capilarização das novas referências na categoria profissional expressa com elementos substanciais por Consuelo Quiroga¹⁰.

Debates são efusivamente assumidos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS, nas Convenções da ABEPSS, nos encontros do ENPESS e nos ERESS (encontros regionais de estudantes de Serviço Social). Amadurecendo as novas concepções de sociedade e de profissão, nos anos 1980 acontecem os avanços da produção científica, inicialmente publicada pela Revista Serviço Social e Sociedade em 1979, produtos dos mestrados e doutorandos da PUCSP, hauridos do curso de pós-graduação *strito sensu* em Serviço Social. Em 1982, a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Lamamato e Carvalho, sistematiza e fundamenta as novas bases teóricas sobre a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, à luz da economia política, vinculadas ao projeto emancipatório do campo democrático. Simultaneamente a ABESS traz ao debate da profissão no âmbito da formação profissional, dentre outras, a categoria do pluralismo com hegemonia, sustentada em Antonio Gramsci, dando respaldo a implementação das diretrizes curriculares do Serviço Social no Brasil¹¹. Decorre o aprimoramento intelectual da categoria dos assistentes sociais para decifrar a realidade, apreender expressões da questão social nos espaços sócio-ocupacionais e a tradução analítica visando a construção de novas respostas às questões sociais onde se circunscrevem os objetos de atuação profissional. Evidencia-se a maturação da base organizativa da profissão, a sua visibilidade na sociedade pela implementação de processos descentralizadores. Clarificam-se e são assumidas, ainda que de forma pouco consistente, diferentes posições sócio-institucionais que norteiam a prática profissional cotidiana: o ecletismo sustentado na proposta política de transformação e a prática política de manutenção do *status quo*; o formalismo com a determinação do conhecimento pela via do sujeito desdenhando as determinações sociais; o fatalismo considerando a superestrutura político, jurídico, ideológica como reflexo passivo da infraestrutura econômica; o voluntarismo abordando a relação da prática política x dimensão política da prática e o normativismo caracterizando a relação entre verdade e utilidade¹².

Neste denso e contraditório espectro, ocorre uma síntese do projeto de ruptura e a consolidação do significado social da profissão, assume-se a concepção do Serviço Social como

¹⁰ Quiroga, Consuelo – Invasão positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. Cortez. São Paulo. 1990

¹¹ Cadernos ABESS nº 4. Editora Cortez. São Paulo. 1990.

¹² Battini, Odária – O Estado das Artes no Serviço Social – estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do Assistente Social. Tese de doutorado. PUCSP. 1991

especialização do trabalho coletivo e a inscrição do assistente social no mundo do trabalho como trabalhador assalariado, com fundamental contribuição de lamamoto¹³.

Sintetizando a nova construção do significado social da profissão, à luz da economia política, tem-se a inserção do Serviço Social no mundo da produção, na esfera do Estado e na organização da cultura de forma articulada na perspectiva da concretização da totalidade. Os fundamentos teórico-metodológicos centram-se na perspectiva sócio-histórica. Evidencia-se a busca e superação da visão tripartite do Serviço Social (positivismo, fenomenologia e dialética) trazendo novas referências a teoria, método e história¹⁴. Também toma corpo a perspectiva praxiológica, em Vasquez, traduzindo o debate sobre a unidade teoria-prática. Ainda presente nos debates a explicitação da referência do marxismo sem Marx e do marxismo vulgar, fundado na “ética de esquerda e epistemologia de direita”. Presente também, a crítica ao Estado de Bem-Estar Social, com relevo das categorias do pluralismo com hegemonia em Gramsci (estado ampliado, espaço contraditório de lutas de classes em contraposição a Louis Althusser em sua concepção de estado instrumento da burguesia).

No âmbito específico da profissão, discute-se a perspectiva crítica com dimensões: teórico-metodológica: fundamentada na teoria social crítica de leitura e de explicação do real, implicando dimensão político-ideológica na defesa de um projeto de sociedade emancipatório; também se inscrevem no debate as teorias intermédias ou teorias da ação¹⁵ que explicam e elucidam a ação humana e a inserção do assistente social na imediaticidade das relações sociais cotidianas; dimensão ético-política: prática social com suas determinações sócio-históricas implicando em uma direção ético-política definida e em defesa de valores éticos universais e modos próprios de reconstruí-los e operá-los em espaços contraditórios e diversos de relações sociais, numa perspectiva emancipatória¹⁶; e dimensão técnico-operativa: constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos e técnicas enquanto estratégias, táticas, ferramentas e habilidades para realizar a ação, promovendo síntese/totalização/difusão do fazer, contribuindo para a reprodução social das relações sociais. Evidencia-se a compulsória unidade teoria-prática no Serviço Social.

Simultaneamente ao debate teórico-metodológico acontece a organização da categoria dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, sustentada no protagonismo das suas organizações profissionais - CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO - buscando valorizar a vinculação

¹³ lamamoto, Marilda Villela e Raul de Carvalho - Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez. São Paulo. 1982.

¹⁴ Cadernos ABESS nº 3. Ed. Cortez. São Paulo.1989.

¹⁵ Carvalho, Maria do Carmo Brant -. Teorias da ação em debate. IEE e Ed. Cortez. São Paulo. 1995.

¹⁶ Bonetti, et all – Serviço Social e Ética – convite a uma nova práxis. Ed. Cortez. São Paulo. 2000

orgânica interna e externa a profissão, consolidando o que ficou enunciado no III CBAS em São Paulo, em 1979. O seu Código de Ética Profissional, e a Lei de Regulamentação da Profissão são instituídos, em 1993. As Diretrizes Curriculares são aprovadas no Rio de Janeiro, em 1996, em Assembleia da ABEPSS. No MEC foram aprovadas em 1998. Ampliam-se os debates sobre as diretrizes curriculares iniciando-se na XXVIIIª Convenção Nacional. da ABEPSS, em Londrina, no ano de 1993, sob a presidência da Profª Drª Lidia Maria Monteiro Rodrigues da Silva. Os debates se espalharam por 200 oficinas locais em 67 escolas de Serviço Social, sendo 25 regionais e 02 nacionais, entre os anos de 1994-1996. Uma pesquisa de diagnóstico da formação profissional de assistentes sociais no Brasil foi apresentada na XXIXª Convenção Nacional da ABEPSS em Recife, no ano de 1995. Cunhou-se a natureza do Serviço Social que se particulariza como profissão de respostas às expressões da questão social. O princípio fundamentador era o da relação Serviço Social e Questão Social – fundamento básico de sua existência que é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos dessa profissão. Novas requisições se colocavam para o Serviço Social em função do agravamento da Questão Social, definindo-se pelo CFESS, as atribuições privativas do Assistente Social. O debate resultou na concepção de que o Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais e pelas formas históricas de enfrentamento da questão social pela classe trabalhadora. Também é determinado pelo capital e pelo Estado, através das políticas e lutas sociais. As políticas sociais e o campo sócio-jurídico são tidos como espaços privilegiados de sua intervenção.

Nesta conjuntura evidenciou-se o crescimento da pós-graduação no Brasil e sua influência na formação de professores de outros países da Europa e América Latina. Professores doutores, do Serviço Social, brasileiros, foram requisitados para assessoramento na implantação de cursos de pós-graduação *strito sensu* além mar. A produção de literatura do Serviço Social brasileiro, resultado das pós-graduações, se difunde na América Latina e Europa pelas editoras Cortez e Veras Editora. Significativas produções e edições ocorrem pela via de editoras universitárias. Ainda no âmbito acadêmico, ocorreu a inserção do Serviço Social no CNPq com representação de área por Myrian Veras Baptista e Nobuco Kameyama, garantindo o reconhecimento pelas agências de fomento, do Serviço Social como área de pesquisa e de produção de conhecimento. Financiamentos de eventos, de pesquisas e bolsas de estudos e de pesquisas são auferidos pelos órgãos financiadores nacionais em virtude desse reconhecimento. Desse movimento resultou a articulação da área com distintos campos do saber; inovações com a criação de núcleos de estudos e de pesquisa vinculados a Universidades, contemplando projetos interdisciplinares e interinstitucionais incrementando os seus programas de pós-graduação *strito sensu*.

Extrapolando a visão nacional, esforços da categoria profissional foram envidados na organização e dinamização do Comitê MERCOSUL do Serviço Social na perspectiva de valorização da profissão na América Latina, considerando as especificidades regionais. Ainda, considerando a expansão profissional para além das fronteiras nacionais, foram efetivados diálogos com a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS, na perspectiva de construir a unidade da profissão, considerando as diversidades culturais, fortalecendo este segmento da classe trabalhadora e seus princípios ético-políticos como resposta coletiva aos desafios do presente.

Na realidade brasileira, consolidado e legitimado o significado social da profissão, era preciso detalhar e aprofundar sua particularidade nos processos de reprodução das relações sociais, como especialização do trabalho coletivo. Colocavam-se exigências de novas perspectivas: imediata, considerando a ação com respostas diretas, nas expressões singulares da questão social, que dilapidam as condições de cidadania para as quais é necessário prover as seguranças de sobrevivência, de geração de renda, de convívio, de restabelecimento de vínculos, proporcionando acessos a direitos reclamáveis; e mediata: com repercussão no processo de reprodução social, com horizonte nas determinações macrossociais, na esfera propositiva e de controle social; com respostas sócio-políticas alavancando condições de empoderamento da população, especialmente distanciada dos espaços de decisão política, e construção de autonomia e protagonismo, com fundamento na direção da emancipação política e humana. Com este espectro, e sustentada na luta dos assistentes sociais como segmento da classe trabalhadora assalariada, a categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros galgou novos patamares de lutas e compromissos em defesa da profissão e da emancipação social dos sujeitos com os quais atua no seu cotidiano profissional. Para tal, fortaleceu a construção do Projeto Ético-político Profissional¹⁷ para o seu exercício profissional nos diferentes espaços sócio-profissionais. Igualmente, estabeleceu estratégias de resistência aos projetos sociais e políticos que se colocam contrários à defesa dos direitos de cidadania e da emancipação social e política de sujeitos individuais e coletivos.

4º tempo: Projeto Ético-político Profissional e Estratégias de Resistência (2000...)

Conjunturas do período 1990 até a atualidade apontam e aprofundam a ofensiva capitalista de natureza global rebatendo no Brasil e na América Latina como espaços de exploração de recursos naturais e humanos; fonte de riqueza para as classes dominantes e para

¹⁷ BORGIANI, Elisabete.; GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. (orgs).- Servicio Social Critico – Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez. 2003. (Biblioteca Latino-americana de Serviço Social. Série Antologias).

os países centrais. Exacerba-se a polaridade mundial entre ricos e pobres (tanto entre países quanto segmentos populacionais). Evidencia-se a generalização da xenofobia e do racismo não garantindo direitos de ir e vir. No conturbado século XXI, projetos nacionais de natureza populista – de esquerda e de direita – colocam em risco a democracia. Sob o impacto das grandes transformações societárias que resultam em graves expressões da questão social, assistentes sociais buscam aprimorar competências teóricas e técnico-operativas centrando-se no deslindamento das relações sociais e no aprofundamento da particularidade da profissão e seu modo de inscrição na realidade social.

Nesse contexto o Serviço Social busca a explicitação da sua particularidade¹⁸ como especialização do trabalho na esfera pública, a maior empregadora e espaço de visibilidade sócio-política, com primazia na política de assistência social. A perspectiva ontológica do ser social (ou seja, modos de ser e de se constituir do ser social) oferece aos profissionais elementos teóricos e políticos que os instrumentalizam para abordagem crítica dos grandes desafios da atualidade. Portanto, é fundamental apreender o Serviço Social como ser singular, com seu modo próprio de ser e de se constituir e como ser genérico, na medida em que contribui com os seus produtos para a reprodução das relações sociais, com direção voltada à emancipação política e humana.

O Projeto Ético-Político Profissional traz as orientações para tal caminho teórico-metodológico e ético-político iluminando as formas de organização e lutas dos assistentes sociais no Brasil. Para este fim, a categoria profissional encaminha-se pela radicalização e enraizamento do Projeto Ético-Político Profissional em suas relações mais gerais com a classe trabalhadora e com entidades latino-americanas e internacionais. Igualmente no interior da profissão na busca da construção da hegemonia do público.

É nesse sentido que o aprofundamento das relações internacionais e latino-americanas se coloca na agenda do Serviço Social brasileiro, dentre outros junto ao Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social ou Trabalho Social (1996), a refundação da Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social; a representação do Brasil no comitê executivo na FITS – International Federation of Social Workers (IFSW) desde 2002. O reconhecimento do Serviço Social brasileiro e suas lutas traduziram-se na realização da Conferência Internacional da FITS, em 2008, sediada no Brasil, expressão plena da sua importante participação coletiva no debate internacional.

¹⁸ Baptista, Myrian Veras e Battini, Odária – A singularidade, a particularidade e a universalidade: para compreender a vida cotidiana in A prática profissional do assistente social- para reconhecer e reconstruir o cotidiano. Vol 2. Veras Editora. São Paulo. 2016. p. 107-142

Ainda, a profissão prima pela valorização dos espaços de trabalho no âmbito das políticas sociais, conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, dos movimentos sociais e no cotidiano das instituições nas quais se expressam as demandas e objetos da sua intervenção direta.

Significativas lutas e expressões de resistência em face da perspectiva pós-moderna e do neoconservadorismo são levadas a efeito pelos órgãos de representação da categoria profissional dos assistentes sociais mediante a valorização do acúmulo de forças e de saberes visando a superação da alienação. Importantes articulações nesse sentido se fazem presentes junto aos movimentos sociais, às entidades sindicais e demais áreas profissionais em defesa de uma sociedade mais justa.

Nesse espectro, desafios colocam-se à profissão: fortalecer o Projeto Ético-político por meio de sujeitos diversos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano, articulado ao projeto societário emancipador; congregar forças acumuladas acadêmico-profissionais nos campos da investigação, dos currículos, do perfil do trabalho profissional, da organização da categoria; fortalecer relações entre a formação profissional e os espaços sócio-ocupacionais no mercado de trabalho e com as lutas sociais desencadeadas por forças em defesa de respostas efetivas às sequelas da questão social e na defesa de direitos; consolidar a representação da profissão junto às demais profissões e aos organismos nacionais e internacionais face às lutas dos trabalhadores em geral tendo como motivação o histórico posicionamento crítico do conjunto CFESS-CRESS frente à implementação do projeto neoliberal no país.

Com estas breves considerações, esperamos poder estar contribuindo para o resgate da história do Serviço Social como uma profissão inscrita na sociedade brasileira.

Pequena Londres
Verão de 2017